



Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Política

Quarta, 31 de julho de 2013, 16h37  
após auditoria

## **Governo entrará com ação para restituição dos 2,8 mi referentes aos medicamentos vencidos**

Marianna Marimon, repórter do GD

O auditor-geral do Estado (AGE), José Alves, informou nesta quarta-feira (31), que ao final da intervenção na Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Pernambucano (Ipas), que se comprovada a responsabilidade no episódio dos medicamentos vencidos, o governo irá cobrar através da Procuradoria Geral do Estado (PGE), em ação civil pública, o ressarcimento dos valores do prejuízo, que desde 2011, já somam R\$2,8 milhões.

Conforme AGE, o Ipas terá direito à ampla defesa e ao contraditório, e que após a intervenção, se comprovada a irregularidade, o governo irá pedir o ressarcimento dos valores. Através do relatório da AGE, constatou-se que desde 2011, a Farmácia de Alto Custo tem sofrido perdas constantes de medicamentos, cujos valores chegam ao patamar de quase R\$3 milhões.

Durante a auditoria, realizada nos últimos dois meses, o repasse ao Ipas foi suspenso, e que contabiliza R\$1,2 mi. A AGE aponta que este valor pode ser retido para compensar parte do prejuízo, caso a intervenção comprove a responsabilidade do Ipas.

O Ipas adquiria medicamentos com mais de 25% da validade comprometida, sendo que o determinado em lei, e que após o episódio, foi regulamentada em Portaria Conjunta entre a Secretaria de Saúde e a AGE, de que as compras não poderão ser efetuadas caso o vencimento seja superior a 25%. Relatório aponta compras de medicamentos acima da demanda, além de remédios com quase 90% da data de validade.

**Acompanhe o GD também pelo twitter: @portalgazeta**

Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Política

Quarta, 31 de julho de 2013, 16h16  
polêmica

## **Governador discorda de Mauri sobre falta de controle na SES**

Marianna Marimon, repórter do GD

Durante solenidade nesta quarta-feira (31), no Palácio Paiaguás, para assinatura de implantação do sistema GeoCidades, o governador Silval Barbosa (PMDB), garantiu novas medidas para a saúde, que devem ser anunciadas nos próximos dias. Além disto, o governador discordou das declarações do secretário de Saúde, Mauri Rodrigues, de que falta controle na pasta sobre os contratos com as Organizações Sociais de Saúde (OSS). Silval não confirmou saída do secretário, mas deve se reunir com o mesmo nos próximos dias.

A reunião com Mauri Rodrigues deve ocorrer na próxima semana, tendo em vista que o governador deve estar em viagem até o final desta semana. O governador não quis adiantar data para o encontro, mas declarou que as novas medidas serão anunciadas após esta reunião.

As novas medidas na saúde devem ser anunciadas após o governo definir por intervenção total no contrato com o Instituto Pernambucano (Ipass), que gere a Farmácia de Alto Custo, e foi responsabilizado pelo episódio dos medicamentos vencidos.

Conforme auditoria do Estado, desde 2011, o prejuízo com vencimento de medicamentos já chega ao patamar de R\$2,8 milhões.

O secretário Mauri Rodrigues está na corda bamba, desde o início do ano quando assumiu o mandato, já que o PP, partido que o indicou ao cargo, pediu a saída do mesmo da pasta, e após não ter sido atendido, rompeu com o governo.

A pressão dos parlamentares para destituir Mauri no cargo, não funcionou, mas após declarações à imprensa, de que a Secretaria de Saúde não possui o controle dos gastos com as OSSs, o governador teria ficado insatisfeito, tanto que expressou o seu posicionamento sobre o episódio.

O governador declarou não concordar com as declarações de Mauri sobre o suposto “descontrole” na pasta da saúde. Apesar de não comentar possível saída do secretário, o governador demonstrou insatisfação sobre a afirmativa.

Para Silval Barbosa, todos os gastos são discriminados pela Secretaria, para pagamentos após auditoria nos valores e contratos, e que por isso, não caberia a afirmação de "falta de controle de dados".



*(Colaborou Marcos Lemos)*

Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Cidades Quinta, 01 de agosto de 2013, 02h00

## **Ipas acredita em "equivoco" quanto ao relatório da AGE**

[Amanda Alves/Raquel Ferreira](#) / Da Redação

O Ipas irá nomear um funcionário para acompanhar a auditoria realizada pelo governo estadual na Ceadis e unidades que fazem parte da rede. Até o final da tarde de ontem, a OSS não havia recebido o relatório da AGE, segundo o diretor Silvio Machado.

O gestor afirma que entende a legitimidade do governo em determinar a intervenção e destaca que a intenção é colaborar durante o levantamento das informações, por isso designará um funcionário...

**Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.**

Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Cidades Quinta, 01 de agosto de 2013, 02h00

ALTO CUSTO

## **Intervenção é 1º passo de futura responsabilização**

[Raquel Ferreira](#) / Da Redação

A intervenção do governo do Estado na Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde (Ceadis) é o primeiro passo para regularizar os problemas e responsabilizar os envolvidos na perda de aproximadamente R\$ 3,5 milhões em medicamentos e insumos vencidos ou mal acondicionados. Relatório da Auditoria Geral do Estado (AGE) aponta que a ineficiência de 8 funcionários da Secretaria de Estado de Saúde (SES) e do Instituto Pernambucano de Assistência Social (Ipas) resultou no desperdício de produtos que deveriam atender a população...

**Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.**

Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Nacional

Quinta, 01 de agosto de 2013, 10h54  
mais médicos

## Saúde divulga lista de destino dos médicos do programa Mais Médicos

Redação do R7

O Ministério da Saúde divulga nesta quinta-feira (1º) a relação de médicos inscritos no programa Mais Médicos com CRM (Conselho Regional de Medicina) válido no Brasil e a indicação do município designado para cada profissional.

De acordo com a pasta, os profissionais terão que homologar a participação e assinar um termo de compromisso até sábado (3). Na segunda-feira (5), a lista será publicada no Diário Oficial da União.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, disse que a designação é feita com o cruzamento entre as necessidades do município e as opções dos profissionais médicos.

— Esse cruzamento irá direcionar o médico para o município que mais precisa. Se for um médico que já atua no Brasil, o médico tem uma prioridade em ocupar os municípios que estão no estado onde ele se formou, então, se for um médico que atuou no Brasil. No caso dos médicos estrangeiros, eles vão ocupar as vagas não preenchidas por médicos brasileiros.

### Inscrições Mais Médicos

O balanço final do programa Mais Médicos contabilizou 3.891 médicos com diploma brasileiro inscritos que finalizaram o cadastro para participar da iniciativa. O total corresponde a 21% dos 18.450 médicos que se inscreveram inicialmente no programa.

Os médicos com diploma estrangeiro que entregaram a documentação são 766, mas o número ainda deve aumentar, já que eles têm até 8 de agosto para concluir o processo. O total de médicos com diploma estrangeiro inscritos foi 1.920.

### Ampliação do curso

Nesta quarta-feira (31), o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, descartou a ampliação de seis para oito anos o período de graduação em medicina. Depois de reunião com representantes de faculdades de medicina, o ministro informou que será acatada a proposta da comissão composta por especialistas que analisam o programa, de vincular os dois anos extras à residência médica, que passaria a ser obrigatória a partir de 2017.



— A opção de todos os especialistas é que seja na modalidade da residência e que os alunos passem, sim, essa vivência na atenção primária depois de formados na urgência e emergência, no seu processo de especialização como residente.

Segundo Mercadante, o governo vai assegurar que todos os estudantes tenham acesso à residência.

Apenas 21% dos profissionais concluíram cadastro no programa Mais Médicos

O CFM (Conselho Federal de Medicina) classificou como “improvisada” a solução encontrada pelo governo para vincular médicos recém-formados em trabalho de urgência e emergência do SUS (Sistema Único de Saúde).

O vice-presidente do CFM, Carlos Vital Corrêa Lima, alega que transformar o primeiro ano de todas as residências médicas em serviços de atendimento primário nos hospitais públicos é uma forma de obrigar a prestação de serviços. Para ele, a qualidade dos cursos de pós-graduação dos médicos vai ficar prejudicada.

— São programas temerários que sugerem a formação de vínculo empregatício de trabalho em pseudoforma de residência. Residência em postos de saúde sem supervisão não é residência, é serviço civil apresentado de outra forma. [...] Isso pode apenas ensejar a presença de recém-formados em postos de saúde, com supervisão à distância, quando muito.

Fonte: [www.diariodecuiaba.com.br](http://www.diariodecuiaba.com.br)

Quinta feira, 01 de agosto de 2013

Edição nº 14663 01/08/2013

CONTROLE DE GASTOS

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

## Silval 'estranha' afirmação de Mauri

**PRISCILLA VILELA**

Da Reportagem

O governador Silval Barbosa (PMDB) afirmou ter “estranhado” as declarações do secretário de Saúde, Mauri Rodrigues (PP), sobre o custo das Organizações Sociais de Saúde (OSS) ao Estado e garantiu já ter apresentado ao progressista todos os dados referentes ao tema.

Silval afirmou considerar a prestação do serviço adequada e disse não ver qualquer dificuldade em entender o funcionamento sistema. “A OSS é uma prestação de serviço. Não vejo segredo. É estranho, coloquei tudo à disposição do Mauri”, comentou o peemedebista.

Na última semana, durante uma coletiva de imprensa, o secretário disse que o estado não possuía controle sobre quanto era gasto com os serviços prestados pelas OSSs. A declaração teria deixado Silval irritado a ponto de, segundo comentários de bastidores, ser estudada a substituição do progressista.



O governador, no entanto, ao menos por enquanto, resiste em tocar neste assunto. Silval se limitou a garantir que colocou o gestor em contato com auditores que acompanham o desempenho das instituições.

As afirmações de Mauri já repercutiram ao ponto do deputado estadual Walter Rabello (PSD), relator da Comissão Especial na Assembleia Legislativa que estuda o projeto de iniciativa popular contra as OSSs, antecipar que votará pelo fim do modelo de gestão.

Para o deputado, a entrevista do secretário revelou que o governo não tem competência para dar continuidade a este sistema. “Hoje eu tenho um entendimento de que o governo não sabe como está gastando, então, como posso deixar isso acontecer?”, questionou.

O caso ainda pode dar uma injeção de ânimo no Partido Progressista, que vinha defendendo a exoneração de Mauri. O pedido de troca do gestor foi negado por Silval. Diante disso, a legenda anunciou que adotará uma postura de independência no Legislativo.

Mesmo assim, as especulações sobre um possível substituto já tiveram início. Entre os nomes apontados está o do médico Jorge Lafetá. Anteriormente, o deputado estadual Guilherme Maluf (PSDB) foi considerado.

Fonte: [www.olhardireto.com.br](http://www.olhardireto.com.br)

## Notícias / Ciência & Saúde

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A A A](#)

01/08/2013 - 01:20

# Padilha critica protesto de profissionais de saúde contra o Mais Médicos

R7

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, criticou o cancelamento de cirurgias e consultas em unidades do SUS (Sistema Único de Saúde), como forma de protestar contra o programa Mais Médicos, anunciado pelo governo federal.



— O Ministério da Saúde está com as portas abertas para ouvir sugestões. Mas não concordo que se prejudique a população que às vezes espera meses por uma cirurgia ou para uma consulta. Apresentem as propostas concretas, mas não partam para uma tática que prejudique a população.

O ministro informou que passou a manhã na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) ouvindo professores, representantes de estudantes e médicos, que apresentaram sugestões ao Mais Médicos. Segundo Padilha, o governo está aberto ao diálogo para aprimorar o programa.

— Quem vier apresentar propostas, se manifestar e discutir soluções, elas [as propostas] serão muito bem-vindas. Não acho correto prejudicar a população, cancelando cirurgias e consultas por um programa que não baixa o salário de ninguém, não tira emprego de ninguém, pelo contrário, gera empregos e oportunidade para médicos brasileiros.

O ministro deu as informações depois de participar, no centro do Rio, da inauguração do IEC (Instituto Estadual do Cérebro). O Ministério da Saúde vai custear 50% dos gastos de manutenção da unidade. Padilha assinou a portaria durante a cerimônia. O percentual corresponde a R\$ 45,3 milhões por ano, que vai cobrir ainda os custos do Hospital Estadual Anchieta, instalado no Caju, zona portuária do Rio. A unidade vai prestar suporte clínico aos pacientes do IEC.

Fonte: [www.olhardireto.com.br](http://www.olhardireto.com.br)

## Notícias / Ciência & Saúde

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A A A](#)

01/08/2013 - 11:18

# Ministério da Saúde amplia em quase R\$ 600 milhões recursos para cirurgias eletivas

Agência Brasil



O Ministério da Saúde ampliou em R\$ 579,1 milhões os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) para cirurgias eletivas (agendadas). A portaria que amplia o aporte orçamentário para os estados e os municípios foi publicada hoje (31) no Diário Oficial da União.

O montante total deverá ser executado entre julho deste ano e junho de 2014 e será pago em duas parcelas. Os primeiros 40% (R\$ 231,6 milhões) serão liberados imediatamente, os 60% restantes, mediante a publicação de outra portaria.

Para ter acesso a esses recursos, os estados e municípios têm de ter executado, até abril deste ano, o mínimo de 50% do que havia sido repassado para o exercício anterior, de 2012 e 2013. A tabela com os valores exatos destinados a cada estado e município está disponível na internet.

Fonte: [www.olhardireto.com.br](http://www.olhardireto.com.br)

## Notícias / Picante

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A A A](#)

01/08/2013 - 10:15

# Sem plano de saúde

Da Redação

O ministro da Saúde Alexandre Padilha, pré-candidato ao governo do estado de São Paulo em 2014, criticou a paralisação dos médicos de todo o país, que protestam contra o programa Mais Médicos. E disse em entrevista a uma rádio de Brasília que não tem plano de saúde. "Uso os serviços do Sistema Único de Saúde. E sei que precisamos avançar muito".



## Notícias / Brasil

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A](#) [A](#) [A](#)

31/07/2013 - 19:20

# Ministério da Saúde publica regras para mudança de sexo

Terra

O Ministério da Saúde publicou nesta quarta-feira a portaria 859 que redefine e amplia as regras para a cirurgia de troca de sexo pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e outros tratamentos para transexuais e travestis. Segundo a norma, a terapia hormonal feita no processo de troca de sexo (transexualizador) será iniciada aos 18 anos.

O tratamento também será permitido em pacientes com 16 anos ou mais, quando há indicação da necessidade do uso de hormônios, baseada em avaliação e consenso da equipe multiprofissional que acompanha o paciente. Neste caso, é preciso consentimento e autorização dos pais ou responsável legal.

A cirurgia para a troca de sexo poderá ser feita em pessoas com 18 anos, desde que exista indicação específica e acompanhamento prévio de dois anos pela equipe multiprofissional que acompanha o paciente. Caso contrário, somente a partir de 20 anos.



Fonte: [www.olhardireto.com.br](http://www.olhardireto.com.br)

## Notícias / Ciência & Saúde

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A A A](#)

31/07/2013 - 15:57

# Natal decreta calamidade pública na rede pública de saúde

Agência Brasil

A precariedade de várias unidades públicas de saúde levou a prefeitura de Natal a decretar estado de calamidade pública em toda a rede de assistência gratuita. O decreto assinado pelo prefeito Carlos Eduardo Alves foi publicado hoje (31) no Diário Oficial do município. A medida vale por 90 dias, período que, se necessário, pode ser prorrogado pelo mesmo período.

Além da precariedade estrutural dos estabelecimentos públicos de saúde, a prefeitura aponta a superlotação ocasionada pela grande procura pelos serviços da rede municipal por parte de moradores de outras cidades para justificar a medida.

No decreto, a prefeitura reconhece a dificuldade de manter até mesmo os serviços básicos em unidades básicas de Saúde de alguns bairros e que as medidas emergenciais necessárias para normalizar a situação envolvem o risco de desassistência em áreas cruciais, como obstetrícia, cirurgias traumato-ortopédica, urgência pediátrica e neonatal, neurocirurgia pediátrica e assistência em leitos de terapia intensiva.

Segundo a prefeitura, as "limitações", que já eram graves a ponto de gerar ações judiciais, com várias ordens expedidas obrigando o município a garantir o atendimento, pioraram com as chuvas dos últimos meses, que aceleraram o processo de deterioração das unidades de saúde, tornando insustentável o atendimento em algumas delas.

O decreto autoriza a Secretaria Municipal de Saúde a contratar, por meio de chamada pública, os profissionais necessários à continuidade dos serviços públicos de saúde. Devido à urgência da situação, a secretaria também é dispensada de fazer licitação para contratos de compra de bens, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a



manutenção do atendimento de saúde, desde que possam ser concluídos no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos.

Fonte: [www.24horasnews.com.br](http://www.24horasnews.com.br)

31/07/2013 07:16:00

Ministério da Saúde fará 70 mil testes para hepatites B e C até sexta-feira

Agência Brasil

A- A A+

Como parte das ações que marcam o Dia Mundial de Combate às Hepatites Virais, o Ministério da Saúde pretende fazer 170 mil testes para hepatites B e C até a próxima sexta-feira (2). Com o slogan “Hepatites virais: sem perceber, você pode ter”, a campanha também quer intensificar a vacinação contra a hepatite B, já disponível pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O governo anunciou a ampliação do público que pode receber a vacina contra a hepatite B gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Antes a idade limite era 29 anos, esta semana passou a ser 49 anos. Em 2012, mais de 15 milhões de pessoas foram imunizadas contra a hepatite B. A população deve se informar na Secretaria de Saúde dos municípios onde estão sendo feitos os testes e as imunizações.

A estimativa do Ministério da Saúde é que 800 mil pessoas estejam infectadas pelo vírus da hepatite B e 1,5 milhão de pessoas pela hepatite C. A hepatite, doença que atinge o fígado, pode ser causada por vírus, pelo uso de alguns remédios, pelo consumo de álcool e por doenças autoimunes, metabólicas e genéticas. Os cinco principais tipos (A, B, C, D e E) são causados por vírus que podem passar de uma pessoa para outra.

Nem sempre há sintomas, mas os especialistas alertam que cansaço, febre, mal-estar, tontura, enjojo, vômitos, dor abdominal, pele e olhos amarelados, urina escura e fezes claras podem ser sinais da doença.

Pelos dados oficiais da Organização Mundial da Saúde, 1,4 milhão de pessoas morrem por ano em decorrência das diversas formas de hepatite. Apenas 37% dos 126 países analisados pela organização dispõem de estratégias para prevenção e tratamento. O Ministério da Saúde informa que, no Brasil, as hepatites virais mais comuns são as causadas pelos vírus A, B e C.

No Brasil, atualmente, existem vacinas para a prevenção das hepatites A e B. O Ministério da Saúde oferece vacina contra a hepatite B nos postos de saúde do SUS e contra a hepatite A nos centros de Referência de Imunobiológicos Especiais. Não há vacina contra a hepatite C.



Fonte: [www.24horasnews.com.br](http://www.24horasnews.com.br)

31/07/2013 21:12:00

Investimentos na saúde pública em MT estão abaixo dos 12%

Redação 24 Horas News

A- A A+

Levantamentos realizados pela Comissão de Planejamento e Orçamento do do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso apontam que o percentual mínimo de 12% não está sendo aplicado na área da saúde em Mato Grosso. Em reuniões realizadas com equipes técnicas da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Planejamento (Seplan) e Administração (SAD) os conselheiros apuraram que irregularidades e falta de gestão dos últimos anos têm prejudicado os serviços de assistência prestado atualmente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado.

Segundo os conselheiros os problemas de falta de repasses a organizações sociais, queda nas verbas destinadas aos municípios e situações de inoperância de serviços sentidas pela população são reflexo das irregularidades. Entre as inconformidades está o aumento das despesas na área da saúde em contraponto à baixa receita da pasta.

Por conta disso, a comissão requisitou reunião em caráter de urgência com o secretário Mauri Rodrigues e o ordenador de despesas da SES, Marcos Rogério, para o dia 6 de agosto. O objetivo é questionar os gestores sobre a aplicação dos recursos devidos da saúde na área, que vem sendo penalizada em várias frentes de atendimento à população sob a alegação de falta de verba.

De acordo com o Conselho, as demandas de liminares para atendimento de pacientes determinadas pela Justiça nos últimos anos e a contratação por valores maiores do que a tabela SUS por procedimentos realizados por OSS foram custos que comprometeram o orçamento da saúde de Mato Grosso em 2013. O relator da Comissão de Orçamento e Planejamento da CES Orlando Francisco diz que é necessário a transparência da SES sobre as contas sob risco do órgão colegiado e deliberativo não aprovar a prestação deste ano como ocorreu em anos anteriores. “O objetivo é que o ordenador de despesa, que responde financeira e administrativamente pelas contas, e o secretário, detalhem os valores que constam de restos a pagar de 2011 e 2012 na conta de 2013”, diz Orlando.

Segundo o conselheiro os valores desembolsados para o cumprimento das liminares, por exemplo, não podem incidir sobre os 12%. Além disso, Orlando explica que os valores mínimos não restringem os investimentos, dando oportunidade para o governo ampliar os recursos se necessário.

Para Orlando o cenário atual é de falta de gestão e coloca em risco vidas de usuários. “O Estado alega que o dinheiro não é suficiente, mas ele tem que apresentar as deficiências para que seja ampliado. Enquanto isso a comissão não irá recomendar ao pleno do CES a aprovação das contas”.



O corte este ano na conta da saúde foi de R\$ 7 milhões, o que prejudicou principalmente os repasses para os municípios do interior. Este valor foi cancelado em 2012 e não tem destinação comprovada. Os conselheiros pontuam que esta verba também precisa ser detalhada pelos gestores, pois o corte comprometeu cerca de 20% dos atendimentos da saúde.

Fonte: [www.hipernoticias.com.br](http://www.hipernoticias.com.br)

Quarta, 31 de julho de 2013, 17h23

Tamanho do texto A- A+

CAOS NA SAÚDE

## Servidores denunciam caos no MT Laboratório

Problemas como paredes emboloradas por infiltrações, fiação exposta, lâmpadas queimadas são alguns dos apontados pela categoria.

### DA REDAÇÃO

Cansados do descaso, os servidores do MT Laboratório denunciam caos na instituição. Problemas como paredes emboloradas por infiltrações, fiação exposta, lâmpadas queimadas são alguns dos apontados pela categoria.

Setores que dão lugar a outras atividades, como o de parasitologia funciona a coordenadoria administrativa. Um dos principais problemas começou em setembro do ano passado, segundo servidores, com uma reforma no banheiro masculino que, segundo a Secretaria de Estado de Saúde, seria concluída em cerca de dois meses. Quase um ano depois, não só a reforma não foi concluída, como os danos causados pela quebra do banheiro causam ainda transtornos aos servidores. Salas com equipamentos que custam quase R\$1 milhão sofreram vazamentos do banheiro, que fica no andar de cima. Os servidores têm que conviver todos os dias com o forte cheiro de mofo.

Agora, apenas o banheiro feminino é utilizado por homens e mulheres, o que tem causado desconforto às mulheres. Além disso, ficou um buraco na parede do banheiro quebrado, que dá direto a um dos vasos sanitários utilizados pelos trabalhadores. Para dar descarga, muitas vezes, os servidores precisam jogar a água que recolhem em um balde.

Divulgação



## **Servidores denunciam caos no MT Laboratório**

A janela da sala de recepção das amostras não fecha e também não tem grades. É totalmente de vidro, o que expõe os servidores que trabalham até as 19h a riscos de assaltos, já registrados no local, quando levaram um computador.

Ultimamente, os servidores têm feito "cotas" para custear materiais extremamente necessários, como uma pia com torneira na Copa. O material foi comprado e instalado com dinheiro doado pelos trabalhadores da unidade. Mesmo com as torneiras colocadas, os servidores enfrentam ainda uma falta de água grave. "É desumano. Inconcebível que uma unidade de Saúde que tem um risco biológico tão grande não disponha de água para que os trabalhadores possam lavar as mãos", reclamam.

Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e do Meio Ambiente de Mato Grosso (Sisma/MT), Alzita Ormond

Ela também afirmou que a gestão atual, do secretário Mauri Rodrigues, tem se negado a sentar com o Sindicato para discutir as questões relacionadas aos servidores. "Quando uma pessoa aceita um cargo, ela já sabe o que a espera. Como o secretário quer gerir uma secretaria sem dar a mínima aos problemas dos servidores? Aqueles que são a base da sua pasta, que trabalham diretamente com os usuários, que formam a secretaria?", afirma.

Desde o início de sua gestão, o secretário não recebeu o Sisma/MT para nenhuma reunião, o que tem feito a presidente levar as demandas diretamente a ele nas reuniões do Conselho Estadual de Saúde. Lembrou ainda que os recursos para reforma e ampliação das unidades de Saúde são também oriundos da Fonte 112, do Ministério da Saúde, que não estão sendo utilizados por inoperância da gestão.

Divulgação



**Problemas como paredes emboloradas por infiltrações, fiação exposta, lâmpadas queimadas são alguns dos apontados pela categoria.**

A gerente de Qualidade e Biossegurança da Unidade, Simone Amorim Almeida, disse que a diretoria tem se empenhado para realizar os reparos necessários, e para utilizar da melhor maneira, com maior segurança possível, aquilo que está disponível, mas é inadequado. A partir de amanhã, segundo ela, iniciará um trabalho de conscientização dos servidores, visitando cada um dos setores.

A diretora Técnica do MT Laboratório, Tânia Maria Estrela Fernandes Calderam, reafirmou que a gestão da unidade tem feito o possível e impossível para melhorar as condições locais, e disse que tem vários ofícios que comprovam a solicitação de reparos, que nunca foram atendidos pela Secretaria Estadual de Saúde.

Ela levou a lista de reivindicações dos servidores à SES, e foi informada de que a secretaria abrirá um pregão (licitação) para selecionar empresa que possa resolver as questões estruturais do prédio. O processo todo demoraria cerca de 30 dias e, em seguida, a empresa já começaria a reorganizar o local.

Ficou decidido que os servidores vão aguardar esse prazo, mas devem elaborar um documento para SES relatando a situação do local e já pensam em paralisação, caso os prazos colocados não sejam respeitados.

Ormond aproveitou a reunião para informar a todos o cenário encontrado na visita realizada às unidades de Saúde no interior recentemente (veja aqui [4] a matéria) e esclareceu algumas dúvidas sobre a ação de URV.

**(Com informações da Assessoria)**



Fonte: [www.hipernoticias.com.br](http://www.hipernoticias.com.br)

Quarta, 31 de julho de 2013, 18h47

Tamanho do texto **A- A+**

## REMÉDIOS VENCIDOS

Diretor do Ipas afirma que OSS seguiu determinação da Secretaria de Saúde

A Portaria 053 de abril de 2012 da SES disciplinava as regras para recebimento dos medicamentos com vida útil menor que 75% de vida útil.

ELIANA BESS

"Como concluíram que somos culpados, se tudo o que fizemos foi com determinação da Secretaria de Saúde"? O questionamento é de um dos diretores do Instituto Pernambucano de Assistência Social (Ipas), Silvio Machado, ao comentar para o **HiperNotícias** o relatório da Auditoria Geral do Estado (AGE), que determinou intervenção da farmácia de alto custo, sob gestão da Organização Social de Saúde (OSS).

"Nem as perdas, nem as causas das perdas são de responsabilidade do Ipas. Não podemos ser responsabilizados se nossa conduta esteve norteadada pela Secretaria de Saúde", reforça o diretor. O procurador-geral do Estado, Jenz Prochnow Júnior, informa [responsabilidade do instituto](#).

Quem compra os medicamentos não é o Ipas e sim a Secretaria de Saúde, informa. "No caso de medicamentos adquiridos além da demanda quem fez foi a Secretaria, ela que compra. E dos medicamentos acima da necessidade, as atribuições para fazer troca ou permutas são da secretaria", explica.

"Os medicamentos recebidos com 75% do prazo de validade foram com autorização da Secretaria", elencou o diretor.

A Portaria 053 de abril de 2012 da SES disciplinava as regras para recebimento dos medicamentos com vida útil menor que 75% de vida útil. Segundo Silvio, a Secretaria tinha conhecimento por meio dos relatórios enviados.

O Ipas ainda não foi notificado oficialmente. Está aguardando o relatório para analisar e poder se manifestar sobre o assunto.

## IPAS

Em nota ao HiperNotícias, a assessoria do Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde informa que "conhece a prerrogativa do Estado de Mato Grosso de ter um interventor na farmácia de alto custo, sob gestão do Ipas antes das denúncias e comprovações de remédios vencidos.



O instituto “aceita com tranquilidade em ato contínuo” e “nomeará um representante que acompanhará os trabalhos do interventor e prestará os necessários esclarecimentos”.

A direção do IPAS informa não ter tido acesso ao relatório da Auditoria Geral do Estado (AGE) “e que, apenas após análise do documento, irá se pronunciar”.

Fonte: [www.hipernoticia.com.br](http://www.hipernoticia.com.br)

Quinta, 01 de agosto de 2013, 14h01

Tamanho do texto A- A+

## SUSPEITAS

Conselho de Medicina pede a PGR e PF investigação do Programa Mais Médicos  
Entidade aponta supostos erros na fase de inscrições do programa

## PORTAL G1

O Conselho Federal de Medicina (CFM) anunciou nesta quinta-feira (1º) que vai protocolar representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) e na Polícia Federal (PF) pedindo que as duas instituições investiguem supostos prejuízos causados aos candidatos do programa Mais Médicos, do governo federal.

De acordo com a entidade, que critica a proposta de contratação de médicos estrangeiros para regiões pobres do país, há indícios de falhas nos procedimentos adotados pelo Ministério da Saúde na fase de inscrições ao Mais Médicos.

No documento que será entregue à PF e PGR, o conselho apontou supostos erros na validação de dados dos formulários e no envio de documentos dos médicos interessados nas bolsas de R\$ 10 mil para atuar no interior do país e em periferias de grandes centros urbanos.

A entidade médica disse ter visto com “estranheza” o fato o Ministério da Saúde ter identificado que 7.278 médicos que se inscreveram no programa tenham apresentado registros profissionais inválidos.

“Detectamos que os números apresentados pelo Ministério da Saúde de CRMs inválidos, na verdade, foram provocados pelo próprio sistema de informática do governo. O erro é deles. Não há nada de inválido nesses CRMs. [Esta suposta falha] tirou dos médicos brasileiros a possibilidade de uma inscrição plena e de passar para outra fase. Eles [médicos] serão prejudicados”, afirmou o presidente do CFM, o médico cardiologista Luiz D’Ávila.

Segundo o ministério, havia suspeita de essas inscrições fazerem parte de um movimento orquestrado para tentar atrasar a contratação dos profissionais pelo Mais Médicos.

Luiz D’Ávila afirmou que também irá solicitar ao Ministério Público para tentar reabrir o prazo de inscrições a fim de que os médicos cujo registro profissional foi considerado inválido possam se habilitar ao programa.



Mesmo com o anúncio do governo de que as inscrições ao Mais Médicos serão reabertas em 15 de agosto, D'Ávila disse que os profissionais podem ser prejudicados se não participarem do primeiro ciclo de contratações.

Pelas regras do programa federal, se não houver número suficiente de médicos brasileiros interessados nas vagas da primeira fase, o governo poderá contratar profissionais de outros países, mesmo sem a revalidação do diploma, desde que os médicos sejam aprovados em um período de avaliação e treinamento em universidades brasileiras.

"Temos dúvida sobre a má fé dessa medida que impediu esses médicos [brasileiros] de se registrarem. Vamos na Polícia Federal e no Ministério Público representar contra o Ministério da Saúde tentando recuperar novamente o prazo da primeira fase", advertiu o presidente do CFM.

## **Resultado da seleção**

De acordo com o Ministério da Saúde, o resultado da seleção de municípios pelos médicos inscritos previsto para ser publicado nesta quinta no site do programa.

Nesta quarta, o Ministério da Educação anunciou que o governo decidiu alterar um dos pontos do programa Mais Médicos: o que previa a ampliação de seis para oito anos do período de graduação em medicina – nos dois anos extras eles teriam de prestar serviços no Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o ministro, o governo decidiu acatar a proposta de comissão de especialistas que analisa o programa, segundo a qual os dois anos extras serão aproveitados como residência médica.

Fonte: [www.issoenoticia.com.br](http://www.issoenoticia.com.br)

**BRASIL / "PROFILAXIA DA GRAVIDEZ"**

Quinta, 01 de agosto de 2013, 15h14

## **Dilma sanciona projeto que garante atendimento a vítimas de estupro**

*Hospitais deverão fornecer a 'pílula do dia seguinte' a mulheres abusadas.*

**PRISCILLA MENDES**

**G1**

A presidente Dilma Rousseff sancionou nesta quinta-feira (1º), sem vetos, projeto de lei que determina o atendimento obrigatório e imediato no Sistema Único de Saúde



(SUS) a vítimas de violência sexual, segundo informou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Com a sanção, Dilma manteve no projeto um trecho que foi alvo de polêmica entre religiosos por obrigar hospitais a prestarem serviço de “profilaxia da gravidez” a mulheres que foram abusadas. As entidades religiosas pediram veto ao inciso por entendem que o termo abre brecha para médicos realizarem aborto.

De acordo com o projeto, todos os hospitais da rede pública serão obrigados a oferecer, de forma imediata, entre outros serviços, a “profilaxia da gravidez”, termo que, de acordo com o Ministério da Saúde, refere-se ao uso da chamada “pílula do dia seguinte”. A medicação evita a fecundação do óvulo (em até 72 horas após a relação sexual) e não tem poder para interromper uma gestação.

“Esse projeto tranforma em lei aquilo que já é um política estabelecida em portaria do Ministério da Saúde que garante tratamento humanizado, respeitoso, a qualquer vítima de estupro”, disse Padilha.

Pela atual legislação, em caso de gravidez resultante de estupro, é permitido à vítima realizar o aborto, bastando para isso assinar um documento no próprio hospital.

Com a lei sancionada nesta quinta, as vítimas também terão direito a diagnóstico e tratamento das lesões no aparelho genital; amparo médico, psicológico e social; profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis, realização de exame de HIV e acesso a informações sobre seus direitos legais e sobre os serviços sanitários disponíveis na rede pública.

A presidente Dilma também vai encaminhar um projeto de lei para corrigir duas imprecisões técnicas no texto aprovado pelo Congresso, uma delas é sobre o conceito de violência sexual.

Algumas entidades religiosas também pediram veto ao trecho que trata do fornecimento de informações pelos hospitais às mulheres vítimas de violência sexual. O



deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) chegou a protocolar na Presidência da República, no mês passado, um ofício argumentando que não cabe a hospitais oferecer orientação jurídica, responsabilidade que seria apenas das delegacias de polícia e outras autoridades, segundo o parlamentar.

Fonte: [www.issoenoticia.com.br](http://www.issoenoticia.com.br)

**BRASIL / CANCELADA**

Quinta, 01 de agosto de 2013, 10h03

## **Ministério da Saúde suspende portaria sobre tratamento para mudança de sexo**

*Portaria reduzia a idade mínima para cirurgia de troca de gênero dos 18 para 16 anos*

**ALINE LEAL  
AGÊNCIA BRASIL**

Brasília - O Ministério da Saúde anunciou a suspensão da Portaria nº 859, publicada hoje (31), que reduzia de 18 anos para 16 anos a idade mínima para o tratamento hormonal no Sistema Único de Saúde (SUS) para mudança de sexo. O documento também estipulava que pessoas com 18 anos poderiam fazer a cirurgia de troca de sexo, desde que com indicação médica específica e acompanhamento prévio de dois anos com uma equipe multiprofissional. Antes, a idade mínima exigida era 21 anos. A portaria trazia também regras para a mudança do sexo feminino para o masculino, que ainda não existem no Brasil.

Em nota, o ministério informou que a portaria está suspensa até que sejam definidos os protocolos clínicos e de atendimento no processo transexualizador (mudança de sexo). O governo, segundo a pasta, convidará representantes dos serviços de saúde que trabalham com o tratamento e outros especialistas para definir os critérios de avaliação do candidato, de obtenção da autorização dos pais e responsáveis, no caso de menores de idade; e de acompanhamento multidisciplinar ao paciente e aos



parentes.

Atualmente, há quatro centros cirúrgicos aptos a fazer a cirurgia pela rede pública, ligados às universidades federais de Goiás, São Paulo, do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Fonte: [www.vgnoticias.com.br](http://www.vgnoticias.com.br)

## **Reportagem flagra médicos que só batem ponto e vão embora; Confira vídeo**

**Publicado em:** 31/07/2013 às 15:00

Tamanho da Letra [A](#) [A](#) [A](#)

[13](#)

Foto:Reprodução

Clique na imagem para ampliar

Reportagem do SBT mostra médicos de um hospital público de São Paulo, mantido pelo governo do Estado, entrarem, baterem o ponto e irem embora, ficando, às vezes, cerca de dez minutos dentro do local

Em meio a protestos da classe médica, que alega estar sendo mal tratada pelo governo da presidente Dilma Rousseff e traída pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o SBT produziu uma importante reportagem, que mostra médicos de um hospital público de São Paulo que se limitam a marcar o ponto e ir embora.

É claro que, como há em todos os setores públicos, a irresponsabilidade de alguns não pode ser generalizada, a ponto de prejudicar a imagem de ótimos profissionais que querem e têm o prazer de trabalhar. Mas a denúncia vem num momento crucial de discussão sobre o setor e sobre a necessidade de mais médicos e recursos para a área da saúde.



Fernando Brito - O repórter Fábio Brilhante, do SBT, e sua equipe montaram uma "campana" à porta da maternidade pública Leonor Mendes de Barros, na zona leste de São Paulo e mantida pelo Governo do Estado, durante alguns dias. E flagraram diversos médicos que entram, batem o ponto eletrônico e, menos de 15 minutos depois, embarcam em seus carros e vão embora.

A cena foi gravada em diversos dias, sempre da mesma forma. Abordados, os médicos gaguejaram desculpas como estarem indo tomar um café ou terem vindo ver um paciente.

Repetem, de maneira presencial, o caso dos dedos de silicone usados para bater o ponto em uma unidade de saúde em Conselheiro Ferraz.

Entende-se que, agindo dessa maneira, estes doutores sejam inimigos mortais de um programa de contratação de médicos para as periferias e municípios do interior.

Fonte: [www.rdnews.com.br](http://www.rdnews.com.br)

[TODAS AS NOTÍCIAS](#) | [MAIS COMENTADAS](#)

[SAÚDE](#) | 01/08/2013 - 11:02

## Iniciativa prevê combate a obesidade e horta comunitária

**Jacques Gosch**

Programa busca combater obesidade entre os moradores

A Prefeitura de Água Boa ( a 749 km de Cuiabá) criou o Programa Saúde para Todos com o objetivo de reduzir doenças a exemplo da obesidade e prevenir doenças cardiovasculares, inserindo no habito da população a pratica de atividades físicas, realização de aferição pressão arterial, glicemia, Índice de Massa Corporal-IMC e circunferência da cintura e quadril, realização de exames periódicos, na rotina dos moradores que frequentam o PSF Cristalino. Mediante resultado positivo o Programa esta sendo ampliado para outras Unidades de Saúde do município.

Água Boa, dentro do Programa Saúde da Família e o Programa Produção Consciente, também está implantando o Projeto Horta Comunitária. Segundo o secretário de Saúde,



# Clipping Saúde em Foco



Renato Beraldo, a implantação da horta comunitária tem o propósito de promover a interação entre as pessoas, de modo que as mesmas possam aplicar novos conceitos em suas residências e adquirir conhecimentos de produção de hortaliças. “Queremos mudanças na qualidade de vida que possam resultar em impactos positivos na saúde da população”, concluiu. (*Com assessoria*)